

OS POSSESSIVOS DE SEGUNDA E TERCEIRA PESSOAS EM CARTAS DE LEITORES DE JORNAIS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Marly Rocha Medeiros de Vargas (UFRN)

mardeiros@hotmail.com

Orientador: Professor Doutor Marco Antonio Martins (UFRN)

marcoamartins.ufrn@gmail.com

Introdução

Assim como toda e qualquer língua, a dinâmica do Português Brasileiro (PB) tem revelado um intenso movimento em relação à variação e à mudança quanto aos elementos que a constituem. Em meio a esses, se inserem o sistema pronominal, cujas migrações vêm crescendo, caso observemos a prevalência da fala como fonte de geração de dados no contexto da análise linguística, fonte essa que se amplia quando se estende à escrita. Decorre daí toda uma modificação no quadro dos paradigmas pronominais dos possessivos no PB, cujo movimento está/é atrelado ao movimento operado no sistema pronominal dos pessoais, impulsionando possibilidades de reinterpretação e consequentes reestruturações desses. Tais alterações certamente respondem ao caráter diverso, múltiplo e dinâmico de que a língua se reveste, constituída que é no conjunto das vozes que a legitimam socialmente.

Ante o exposto, objetivamos mostrar neste artigo, de forma sistematizada, o processo de variação e mudança dos pronomes possessivos de segunda e terceira pessoas – singular e plural – respectivamente *teu/tua/de você; seu/sua/dele(a)* em um *corpus* constituído de cartas de leitores extraídas do corpus mínimo comum do *Projeto de História do Português Brasileiro* (PHPB). São cartas de jornais publicadas na primeira e na segunda metade do século XIX, nas quais chama a atenção a constatação do uso do possessivo “seu(s)/sua(s)” na primeira metade do século, emprego esse associado, em sua maioria, à segunda pessoa do singular, imprimindo assim um caráter inovador em relação ao modelo tradicional de uso desse pronome no referido período, já em textos impressos no século XIX. A incidência de tal fato, nesse período, contraria o mesmo uso na segunda metade do século, quando prevaleceu a forma de uso convencional de terceira pessoa. Nosso fio condutor, portanto, está centrado na busca de saber se, nessas cartas, já se faziam presentes formas linguísticas variantes, no que respeita ao uso dos possessivos de segunda e terceira pessoas – singular e plural

A pesquisa se fundamenta no aporte teórico-metodológico sociolinguístico variacionista (cf. Weinreich; Labov e Herzog, 2006), conforme o qual a heterogeneidade na/da língua lhe imprime um caráter intrínseca e eminentemente variável, de forma sistemática. Igualmente, se ampara em autores que têm estudado o sistema pronominal do PB – nos quais se inserem os possessivos – a exemplo de Arduin (2005), Arduin e Coelho (2006); Lopes (2009) e Görski e Coelho (2009).

O artigo se dispõe em três seções: a primeira oferece uma visão geral do estudo; a segunda trata da discussão do processo de variação e mudança, à luz do marco teórico variacionista (cf. Weinreich; Labov e Herzog, 2006), e de estudiosos que vêm estudando sobre a reestruturação do sistema pronominal do PB – dentre os quais os

possessivos. – a exemplo, dentre outros, de Lopes (2009), Coelho e Arduin (2006) e Görski e Coelho (2009). Constarão ainda, dessa seção, as evidências que imprimem, ao século estudado, sua importância para o incremento dos fenômenos nessa área de estudos, acarretando mudanças sintáticas. Conforme veremos, os textos publicados em jornais, no século XIX, apresentam um perfil de mudança mais acelerado do que outros gêneros textuais (CHAVES, 2011). Por sua vez, a terceira seção – de caráter conclusivo – consta do processo de descrição e análise do *corpus* levantado, quando serão trabalhadas/observadas as possíveis variações e mudanças identificadas no quadro dos possessivos na gramática do Português Brasileiro, no confronto com os casos levantados no estudo.

1. Língua, norma, regra, variação e mudança: onde ficam os possessivos?

Na perspectiva da variação e da mudança, os estudos no campo da (socio)linguística têm constatado que as transformações ocorridas na língua se devem à sua dinamicidade enquanto sistema heterogêneo, conforme o que lhe é impresso pelos usos feitos pelos falantes. Esses usos vão se refletindo em sua gramática, a qual vai sofrendo alterações conforme os ajustes necessários a cada situação comunicativa, dado o caráter heterogêneo da língua, cujo trânsito, no seio das relações sociais, contempla uma complexidade de espaços e suas inerentes marcas.

São os estudos sobre a linguagem tentando revelar a complexidade de uma relação entre sincronia e diacronia quando aí se instalam fenômenos linguísticos em processo de variação e – sobretudo – de mudança. Noutros termos, é a reação à vertente estruturalista naquilo que lhe faltou abordar: o caráter heterogêneo da/na língua, resultante do dinamismo a que essa é/está permanentemente sujeita, ante as influências decorrentes de sua relação com a sociedade.

No dizer de Labov (2008), não existem línguas: existem falantes; falantes que vivem em sociedade(s) hierarquizada(s); heterogênea(s); sociedade(s) – *política, econômica, cultural e cognitivamente complexa(s)*. Nesse sentido, as línguas mudam porque variam; variam porque têm falantes, cujas interações, para ele consideradas como elementos *perturbadores*, possibilitam e ocasionam as variações. Em meio, portanto, aos conflitos entre os fatores inerentes a cada esfera citada, se instala a sociolinguística variacionista, sob a defesa de que em toda língua a variação se faz presente como um instrumento ativador e motivador das mudanças, sendo essas, porém, lentas e graduais. Aqui reside uma concepção de língua como um sistema socialmente determinado, no qual as diferenças se fazem presentes marcadas pela convivência/coexistência de formas linguísticas estrutural, social e culturalmente concretas.

A Sociolinguística Variacionista, ou a Teoria da Variação e da Mudança expandiu-se a partir dos estudos realizados por Labov, aos quais se associaram os postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968), tendo em vista a descrição da variação e da mudança linguística, considerando o contexto social de produção, segundo o uso da língua dentro da comunidade de fala. Utiliza um modo de análise quantitativo de dados obtidos na fala espontânea dos indivíduos, cujas expressões verbais se traduzem como vernaculares, sendo essas configuradas como fonte de dados nessa ótica investigativa. Essa vertente teórico-metodológica reinaugurou/reinterpretou a pesquisa linguística, quando reconheceu a língua como materialização de uma diversidade de falares, submetidos aos ditames da estrutura social; logo uma língua condicionada e

determinada por fatores (extra)linguísticos de diferentes ordens, distante das abordagens linguísticas anteriores, cujas análises tratavam a língua como um sistema homogêneo, resultante da aplicação de regras categóricas, língua essa passível de ser estudada fora de seu contexto social.

Labov trabalha com o conceito de comunidade de fala cuja definição, distante de se instituir por meio de acordos marcados quanto ao uso dos elementos da língua, se institui pela participação de todos num conjunto de normas estabelecidas; normas essas que “podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso” (LABOV, 1968, *apud* MONTEIRO, 2002, p. 39). Significa, para a sociolinguística, que o funcionamento de uma língua não pode ser entendido senão por meio da comunidade linguística.

Ressalte-se que tratar da variação e da mudança linguística, na perspectiva sociolinguística, implica – conforme Labov adianta – não apenas observar os fatos sociais relacionados às variáveis, mas igualmente conhecer as particularidades da língua, descrever os fatos linguísticos e identificar traços que conduzam à eficácia da pesquisa. Nesse sentido, se faz preciso proceder a uma descrição sistemática daquilo que se quer interpretar: o fenômeno linguístico, configurador de uma fala vernacular sujeita/submetida às intervenções dos aspectos sociais. Trata-se, para Labov, de um *vernacular* com implicações de grupo, trazendo em si, essa propriedade, em oposição ao caráter individual da linguagem.

Eis que aí Labov reafirma a impossibilidade de se compreender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade. Isso mostra que a língua está/é submetida, cotidianamente, a condicionamentos e determinações sócio-históricas e culturais, sob a forma de pressão imanente, configurando um processo dinâmico e vital às transformações.

E o sistema pronominal da língua, no nosso caso especificamente, do PB, não foge a tais influências, movido que é pela diversidade sociocultural a que é/está permanentemente sujeita, por meio das manifestações linguísticas por nós operadas nos diferentes processos de comunicação, e configurada no modo como somos, pensamos o mundo, e nos dirigimos ao outro (CASTILHO, 2010, p. 31). Trata-se de uma perspectiva configurada como fonte e condição geradoras de usos variáveis no que respeita aos níveis estruturais e sociais da língua, em meio a cujo processo, de caráter sistemático, as possíveis mudanças vão se forjando segundo as acomodações das formas variantes gradativamente ampliadas e reveladas por meio da competência do falante.

Confirma-se, assim, o fato de que a variação é inerente à fala e à própria comunidade de fala (Labov, 2008), estando vinculada aos diferentes papéis sociais exercidos por cada um dos falantes. Eis que aí a regra se impõe como contraponto à norma: enquanto a primeira se pauta na prescrição – o que autoriza o caráter homogêneo da língua – a segunda se pauta na diversidade, logo considerando e respeitando a heterogeneidade linguística. Desse modo, a variedade-padrão está/é vinculada à noção de regra, cuja prescrição – tradicionalmente imposta – se não obedecida, implica o *castigo* da discriminação por meio da instauração do estigma.

Nesse contexto, se localizam as noções de acerto e erro, as quais são clarificadas, no âmbito dos estudos linguísticos, a partir do conceito de norma (Faraco, 2002, *apud* Görski; Coelho, 2009, p. 39). Norma seria, portanto, os usos e atitudes socioculturalmente valorativos comuns a determinados grupos sociais, a exemplo das comunidades rurais, dos pescadores de dada região, dentre outros.

Ratificando com Görski e Coelho (2009), um estudo sistematizado desses falares geraria regras descritivas – logo formuladas a partir do uso linguístico – ao contrário do

que ocorre com a gramática normativa tradicional, cujo emprego da regra ocorre numa perspectiva prescritiva. Significa que “diferentes comunidades de fala apresentam diferentes normas linguísticas, variedades, ou dialetos” (p.79).

Em meio à exposição feita, o sistema pronominal em português se insere como resultado de transformações a que a língua se submete conforme as influências decorrentes da estrutura social.

As formas que seguem configuram o uso dos pronomes no PB.

PRONOMES PESSOAIS	POSSESSIVOS
Eu	Meu/minha/ (de eu)
Tu/você/(o senhor/a senhora)	Teu/tua / seu/sua / de você/ (de tu)
Ele/ela	Seu/sua / dele(a)
Nós/a gente	Nosso(a) / da gente
Vocês/(os senhores/as senhoras)	Seu(s)/sua(s) / de vocês
Eles/elas	Seu(s)/sua(s) /deles(as)

Quadro 1. Paradigma dos pronomes pessoais e possessivos em uso no PB (Adaptado de Menon (1996), Lopes (2007), Lorengian-Penkal e Ângelo (2007) e Görski e Coelho (2009))

Cumprir dizer que Lorengian-Penkal e Ângelo (2007) consideram as formas “o senhor” e “a senhora” como expressões de segunda pessoa, essas “classificadas como pronomes pessoais, e não de tratamento, diferenciando-se de “tu/você” por conterem apenas um grau mais elevado de formalidade”.

No que se refere às formas pronominais variantes, Arduin e Coelho (2006) mostram que a fala da região Sul do Brasil contempla influências de fatores extralinguísticos (a exemplo do que ocorre com certas cidades gaúchas e catarinenses); ao mesmo tempo, consideram que as formas de tratamento e dos pronomes pessoais de segunda pessoa *tu* e *você* mantêm uma correlação variante de uso – em sua maioria – estilisticamente marcado. Quanto à hipótese da marca de identidade regional para o uso dos pronomes pessoais de segunda pessoa (*tu/você*) não se aplica aos possessivos de segunda pessoa, visto que em alguns dialetos brasileiros o pronome *você* se constitui em forma exclusiva, a exemplo de Curitiba, ainda que o possessivo *teu* pareça ser usado como forma íntima, mesmo assim¹.

Para Arduin e Coelho, a variação dos possessivos “*teu*” e “*seu*” já foi objeto de estudo em algumas regiões, indicando, inclusive, semelhanças entre os resultados das pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e na Paraíba, onde as formas de representação dos possessivos de segunda pessoa nos dialetos carioca e pessoense são as mesmas utilizadas nos dialetos gaúcho e catarinense. É a confirmação de que o que rege a variação dos possessivos *teu/seu* são as questões de poder e ou solidariedade entre os interlocutores, o que vem configurar um processo de variação estilisticamente motivado, em resposta às dimensões – simétrica e assimétrica – que se estabelecem entre locutor e interlocutor; noutros termos, de inferior para superior se usa a forma *seu*, indicando

¹ Lopes em vários estudos tem mostrado que esse, os possessivos, é um contexto de resistência do uso do *você*.

maior distanciamento e forma de respeito. Já nas relações assimétricas de superior para inferior é utilizada a forma *teu*, possivelmente para demonstrar poder; e nas relações simétricas de igual para igual é usada a forma próxima e solidária *teu*. Portanto, quanto à variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa, na fala da região Sul, e ao seu estágio atual, se percebe que subjacentemente à variação *seu/teu*, há bastantes implicações estilísticas, o que sugere existir, por parte dos falantes, a plena consciência das conseqüentes decorrências oriundas do uso de diferentes variantes (ARDUIN e COELHO, 2006).

1.1. O século XIX e as mudanças sintáticas decorrentes do incremento dos fenômenos linguísticos: o que (nos) dizem as *Cartas de Leitores*

O século XIX – notadamente em sua segunda metade – confirmou-se de suma importância como período definidor no incremento dos fenômenos vinculados à área de estudos linguísticos de ordem variacionista, concorrendo para ocasionar semelhante crescimento nas mudanças sintáticas (DUARTE, 2008; ARDUIN E COELHO, 2005; LOPES E DUARTE, 2005; CHAVES, 2011).

Enquanto portador de texto, o jornal faz uso dos possessivos mantendo-os fieis às prescrições gramaticais, assim manifestando-se mais fortemente. Caso nos reportemos ao período correspondente aos meados do século XIX, veremos que o índice de crescimento apresentado pelas cidades ocasionou novos empreendimentos industriais, daí decorrendo a aquisição de novos recursos e equipamentos urbanos, com vista à melhoria de vida de contingente populacional do Rio de Janeiro. Não obstante, a época também desencadeou uma série de reações e condutas mesclados de denúncias, revoltas, reclamações, insatisfações, queixas, angústias dentre outras expressões. Nesse trânsito, proliferaram solicitações, pedidos, queixas, reclamações, dentre outras marcas caracterizadoras de intenções comunicativas, em resposta aos anseios da população por melhores condições sociais, econômicas, culturais, educacionais condições de saúde e até preocupações com o meio ambiente.

Nessa perspectiva, as cartas, historicamente, despontam como instrumento viabilizador de possibilidades para a compreensão das potenciais mudanças em relação às formas variantes da língua, segundo o tratamento dispensado pelo emissor ao seu interlocutor. É o momento de se observar o fenômeno linguístico, para que se distinga entre o que permanece(eu) e o que muda(ou). Contextualizando com os pronomes possessivos do Português Brasileiro, Lopes e Duarte (2011) mostram que, de fato, contrariamente ao que ocorre no português europeu, “em relação à forma *você*, originada do pronome de tratamento *Vossa Mercê*, o que se ressalta atualmente como diferença relevante é o seu emprego na interlocução”. Note-se que esse pronome ainda convive/coexiste junto a formas consideradas “de tratamento”, como *o(a) senhor(a)*, igualmente partilhando espaço com o pronome pessoal *tu* (aí considerado o grau de intimidade estabelecido entre os interlocutores), o que o denuncia como configurador de traços caracterizadores de forma de tratamento. No PB, entretanto, as autoras constatarem que o processo de inclusão desse pronome já está consolidado, quando de sua inserção definitiva no quadro dos pronomes pessoais, “substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada ‘segunda pessoa direta’”. Para as autoras, a variação *tu / você* no Brasil não é uma questão simples; e reafirmam suas posições por meio do trecho que segue:

Peças de teatro escritas no Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX e XX, revelam que, por volta dos anos 20-30 do século XX, a coexistência das duas formas desaparece, sendo quase exclusivo o uso de *você* (Duarte 1993). No entanto, no último quartel desse mesmo século, nota-se no mesmo tipo de texto um retorno do pronome *tu*, desta vez sem a forma verbal com a flexão de segunda pessoa (Paredes Silva 2000). Com base numa amostra controlada de língua oral, Paredes Silva (2003) confirma esse retorno de *tu* à fala carioca, com a forma verbal não marcada. Segundo Menon (1997) e Menon & Loregian-Penkall (2002), pesquisas realizadas nas três capitais do sul indicam a ausência de *tu* em Curitiba, sua concorrência com *você* em Florianópolis e Porto Alegre, com uma interessante particularidade: em Florianópolis, *tu* é menos frequente que *você*, mas tende a aparecer mais com a flexão verbal marcada, enquanto em Porto Alegre, *tu* é mais frequente, mas a flexão verbal é mais rara. Falta-nos uma descrição mais detalhada dessa variação nas regiões norte e nordeste. (LOPES, 2007, p. 28)

Reportando-se ao trânsito empreendido pelo pronome “você”, a propósito dos processos de variação, as autoras chamam a atenção para a dimensão expansionista desse pronome, quando, ao lado de posições já definidas por meio da mudança de corrente dos usos variacionais, seu emprego – bem como o emprego de “tu” – ambos em concorrência e em coocorrência – hoje se estendem a contextos de referência indeterminada em diversas regiões do país, então assumindo a identidade expletiva. Reafirmando o dito, “no plural, pode-se dizer que *você* acabou por substituir a forma pronominal *vós*”.

No trânsito entre o que *vigora* no português europeu e no português do Brasil, as autoras mostram que as formas nominais e pronominais de tratamento mais frequentes nos séculos XVIII e XIX configuram uma consequência de mudanças encaixadas linguística e socialmente, conforme mostram os exemplos na gramaticalização de “a gente” e *Vossa Mercê*. Em suas palavras,

Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês universal *vós* a partir do século XV, num primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que exigia um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começa de *cima para baixo*, se dissemina pela comunidade como um todo e as formas perdem sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se – algumas de forma mais acelerada que outras, como é o caso de *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *você*. (DUARTE E LOPES, 2003, p. 03).

Para as autoras, na verdade, são vários os fatores linguísticos que determinam os processos de gramaticalização entre fins do século XVIII, que marcaram o início do processo de pronominalização de *Vossa Mercê* e a efetiva gramaticalização de *você* a partir do século XIX; dentre esses, destaca-se o princípio da estratificação (HOPPER, 1991), segundo o qual duas formas coexistem em amplo domínio funcional, sem que uma invalide a outra. O que há é um estado de “transição, de convivência entre duas estratégias”. De acordo com as autoras, se o português do século XVIII e XIX apresenta características de língua de sujeito nulo (DUARTE, 2003), como tal o comportamento da forma de tratamento deveria ser o de uma forma nominal.

Considerando esse quadro, passemos à descrição e análise dos possessivos de segunda e terceira pessoas em cartas de leitores de jornais do Rio de Janeiro no longo do século XIX, primeira e segunda metades.

2. O olhar sociolinguístico variacionista e os possessivos de segunda e de terceira pessoas: o que nos diz o Rio de Janeiro?

Como já dito, o *corpus* analisado compõe-se de amostras de cartas de leitores de jornais circulantes no estado do Rio de Janeiro, no período correspondente à primeira e à segunda metade do século XIX (Barbosa e Lopes, 2006). Constitui-se de 34 cartas, tendo como eixo temático/intenções comunicativas, questões relacionadas a “críticas, queixumes e bajulações” na imprensa brasileira desse século, caracterizando um espaço e tempo histórico e social configuradores de decisões políticas. Das 34 cartas, 18 pertencem à 1ª metade do século, precisamente datadas de 22 de junho de 1822 a 14 de março de 1850, englobando desde a carta de nº 184 até à 201. Já as cartas referentes à segunda metade do século – contabilizadas em número de 16, – são datadas de 15 de janeiro de 1853 até 16 de julho de 1889.

Os jornais dos quais o corpus foi extraído são diversos, a saber: O Papagaio (01 exemplar); O Macaco Brasileiro (02 exemplares); O Propugnador (02 exemplares); O Grito da Razão na Corte do RJ (01 exemplar); O Cidadão (04 exemplares); Constitucional (01 exemplar); O Filho de Joana (01 exemplar); Novo Tempo (01 exemplar); Diário do RJ (02 exemplares); O Despertador Municipal (03 exemplares). A natureza das cartas varia entre indignação, amizade, *legítima defesa* solicitação, retratação, denúncia, pedido, determinação/prescrição (cartas da 1ª metade do século XIX – RJ, cartas de nº 186 a 201); igualmente, as cartas referentes à 2ª metade do século (de 202 a 216) apresentam naturezas diversas, oscilando entre protestos, pedidos, doutrinações, súplica, denúncia, indignação, queixas, solicitações, gratidão, retratação, críticas, deboches, sugestões, ironias e cartas-memorando.

Sobre as ocorrências dos pronomes possessivos de segunda e terceira pessoas, relacionados às duas metades do século, foram registrados, no corpus, um total de 156 pronomes, dentre os quais 86 se apresentam na posição conservadora de terceira pessoa – conforme as prescrições da Gramática Tradicional – enquanto 64 se apresentam na posição de segunda pessoa. Os exemplos que seguem confirmam tais ocorrências:

Senhor Redactor! não lhe parece rasgo de | mestre? nem a martello alli se encaixava | melhor aquelle verso! || Rogo-lhe queira ter a bondade, se | estas minhas expressões o não enjoão, | de papagueia-las no seu Jornal, a fim de que | o Macaco saiba que eu como Jumento | leio as suas obras sem me atordoar, e | que busco nas meadas o costal para de- | senredar os negalhos de sua obra; porém | que cada vez me acho mais enleiado com os seus discursos: que por tanto, lhe | digo seja mais succinto, que se emende | [ilegível] | rado ao cepo! E senão, que só hei | de zurrar contra elle, e analysar seus es- | criptos: mas que heide dar muitos coices no vento. || Sou do Senhor Redactor hum humilde | Jumento: Jumento de Leigo isto basta. (O Papagaio. 22 de junho de 1822). (Grifo nosso).

“Correspondência” || *Senhor Redactor* || Queira por bondade *sua* e a favor | da Humanidade opprimida trancrever | no *seu* Jornal, o seguinte = Abuza-se da Liberdade da Im- | prensa em 4.º grau infamando, ou in- | juriando o Congresso Nacional, ou o | Chefe do Poder Executivo. = Quem com- | metter este delicto, provado que seja, | tão claramente como a luz do meio dia, | será condemnado em tres mezes de pri- | zão e sem mil réis em dinheiro. (**Carta 186 - Estado/Cidade:** RJ/Rio de Janeiro -**Tipo de Texto:** Carta de Leitor **Título do Jornal:** O Macaco Brasileiro **Data/Edição:** 1822/nº 10). (Grifos nossos).

Amigo do Coração || Que he isto? Assim corre a sua ruina? males inevitaveis da guer- | ra civil? | *Você* que he a só authorityde | legitima desta Provincia não ousa oppôr- | se as arbitrariedades de hum Governo intruso; as mais escandalosas arbitra- | riedades? Vão Officiaes fazer prizões | nocturnas a Cidadãos honrados; expul- | são a funcionarios empregados por *Sua* | *Majestade Imperial*; são exactos executores das ordens | d’esse Bachá: e será isso de mando *seu*, | ou já esses Officiaes não conhecem a | subordinação, não tem obediencia? No | 1.º caso como he possivel que perdidos | repentinamente *seus* estimulos de brio, | queira *Você* ser o ajudante d’ordens de | *Marechal de Campo*: e no 2.º que a fraqueza não | he a sua, que pusilanimidade; não tem | coragem para tomar a única resolução | que deve, que he o recusar-se inteira- | mente a requisições iniquas, e cuja res- | ponsabilidade cahe toda sobre *seus* hom- | bros. || Ah! meu caro B. ainda não he tarde para remediar tamanhos males | os Soldados são obedientes, os Officiaes | honrados; a maioria do Povo não reco- | nhece, nem quer outras authoritydes [ilegível] | possar, fuja-lhe, mostre ao menos que | não tem parte nos males que ella ima- | gina. Sua mulher, *seus* filhos sir- | vão-lhe de estimulo para assim obrar, | e creia que estas expressões são since- | ras, e filhas da amizade que lhe tenho. (O Propugnador - 13 de julho de 1824/nº 2). (Grifos nossos).

Charo Amigo || Tenho em vistas a *sua* estimavel | carta de 2 de Maio em que *Você* tanto | [ilegível] mi- | nha conducta Militar, que julga equi- | [ilegível]. Eu, amigo, não | tenho concorrido, segundo o bom senso, | para submergir a minha Patria nos ma- | les da guerra civil, tenho marchado an- | tes pelo caminho da honra, e do dever, | que he o conservar a paz, a subordi- | nação das Tropas, e obedecer ás Autho- | ridades constituídas, á quem me julgo | subordinado, desde o nosso Imperador, | até aquella que rege a Provincia. (O Propugnador. 13 de julho de 1824/nº 2). (Grifos nossos).

Senhor Redactor do Grito da Razão na corte | do Rio de Janeiro || Mostrando-me o prospecto do *seo* Pe- | riodico, que *Vossa mercê* se dedica á sustentação dos | interesses da *sua* Patria, a Provincia | da Bahia, e existindo em meo poder o | memorial d’ huma Bahiana, para, por via | da Imprensa, ser transmitido á Nossa Au- | gusta Imperatriz, desejara, sendo possivel, | se lhe desse lugar em *sua* Folha, pela | legitimidade, com que nella poderá appare- | cer á luz publica, e o muito se obsequiará o *seo* | Amigo e Patricio. (**Carta 189 - Estado/Cidade:** RJ/Rio de Janeiro. **Tipo de Texto:** Carta de Leitor. **Título do Jornal:** O

Na verdade, em se tratando do uso do pronome possessivo nas cartas, registra-se a constatação de um número significativo de pronomes de terceira pessoa (seu/sua) na posição convencional, categórica, associada à terceira pessoa, cumprindo a exigência feita pela GT, em resposta à variante padrão do português, considerada como norma culta da língua.

A tabela 1, a seguir, sistematiza o quadro do pronome “seu/sua” de segunda e terceira pessoas nas cartas.

	XIX.I (18 cartas)	XIX.II (16 cartas)
SEU/SUA associado à segunda pessoa	42/86– 48,83%	13/69– 18,84%
SEU/SUA associado à terceira pessoa	44/86 – 51,16%	56/69 – 81,15%

Tabela 1. Distribuição dos pronomes possessivos em cartas de leitores do Rio de Janeiro no século XIX. I e XIX. II

Conforme os resultados acima descritos, percebe-se uma diferença percentual mínima em relação ao uso do possessivo de terceira pessoa *seu/sua* na posição convencional frente à posição de segunda pessoa, na primeira metade do século XIX; já em relação à segunda metade do século, essa diferença se mostrou marcante, bastante acentuada, prevalecendo sobretudo o uso do possessivo em sua posição tradicional, ou seja, em cartas impressas publicadas na primeira metade do século.

Ao lado de tais ocorrências, porém, cumpre destacar outras, a exemplo do uso de *você* na posição de segunda pessoa, conforme mostram os fragmentos abaixo, extraídos de O Propugnador, de 13 de julho de 1824/nº 2.

[...]Amigo do Coração || Que he isto? Assim corre a *sua* ruina? males inevitaveis da guer- | ra civil? | **Você** que he a só authoridade | legitima desta Provincia não ousa oppôr- | se as arbitrariedades de hum Governo intruso; as mais escandalosas arbitra- | riedades?)(Grifos nossos).

[...]|| **Você** sabe de meu desinteresse pela cau- | sa propria; do meu amor pelos meus | patricios, e por minha patria por quem me tenho sacrificado sempre: não cor- | rerei atraz de uma quimera; a Independencia, a Constituição, e a Integri- | dade do Imperio do Brasil; são os bens a que aspiro e que lhe lembro são os unicos que devem interessar aos | Brasileiros: e quanto infeliz sou se es- | tas minhas expressões desarmonisãm com | os *seus* sentimentos: mas eu espero que **Você** concorrerá para que tudo acabe em bem, e me recordo que assim mo pro- | metteo. || Vou-me fazendo fastidioso; mas

não posso deixar de acrescentar ainda huma | reflexão: diga-me charo amigo leo **Você** | já o Projecto offerecido? (Grifos nossos).

Outra forma pronominal utilizada nas cartas se faz presente por meio das expressões de tratamento *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Sua Senhoria*, *Sua Excelência*, *Senhor*, essas associadas à segunda pessoa *Vosso/Vossa*. Na verdade, adiante-se a existência de cartas em que tais formas de tratamento convivem *sincrética* e harmonicamente em algumas cartas, a exemplo do que registram os trechos a seguir:

[...]O **Senhor** Hollanda ao contrario está habilitado para fazer ao nosso Paiz este | grande serviço. por tanto, desprese **vossa senhoria** to - | das as intrigas, co quem o partido opposto trabalha por desacreditar o **seu** rival; e faça- | me a honra de diser de partilha esta minha | opinião, e se ligado a **Vossa Senhoria** por huma [ilegível] thia fundada nas melhores rasões, tãobem me passo crêr pertencendo á **sua** opinião politica | na questão aqui tratada, honra esta que | muito apreciará quem tem a satisfação de confessar-se || De **Vossa Senhoria** || Affetuoso Venerador e Criador || O Eleitor do Rio. (**O Cidadão**, 05 de abril de 1838/nº 4). (Grifos nossos).

A **Sua Excelência o SenhoR** José Clemente Pereira || *Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor* || O povo do Rio de Janeiro, esse povo que | tem sido testemunha da conducta de **Vossa Excelência** e | de **suas** especulações desde o momento em que | o Brasil teve a incomparavel fortuna de ver saltar em **suas** palgas a pessoa ilustre de **Vossa Excelência**, tem | há dias andado como admirado, e como sempre supre- | hendido da voz que se tem espalhado, de que | **Vossa Excelência**, ainda mesmo quando o honrado, | e lamentavel Lucio Soares Teixeira de Gouvea | lutava com a morte, e disputara ao cruel des- | tino huma vida preciosas para a virtude, e para | o **seu** paiz natal; ainda mesmo quando esse | nunca assaz luvado cidadão não era perdido | para a nação, apesar da cruel enfermidade que | o perseguia, já **Vossa Excelência** considerava vago o lu- | gar, que elle dignamente enchia no senado, e | procurava por todos os meios fazer com que os votos desta nobre população, já enfastiada | de tantas especulações por **Vossa Excelência** empregadas | para enganar, e para a illudir, recahisse sobre | **Vossa Excelência** a fim de ser elevado ao senado. (**O Cidadão**, 29 de novembro de 1838/nº 38).

Na perspectiva de uma síntese dos resultados relacionados à primeira metade do século XIX, o estudo ainda mostrou que os dados expostos na tabela I evidenciam a predominância do possessivo seu(s)/sua(s) associado à terceira pessoa, cujo emprego, nesse gênero textual, poderá configurar certo distanciamento nas relações leitor/redator, imposto pelas exigências inerentes às cartas de leitores. Ante o uso categórico desse pronome na expressão da segunda pessoa, presume-se que a não-presença do possessivo *teu/tua* nas cartas analisadas se deve ao grau de formalidade, inerente ao gênero carta de leitor, o que inviabiliza a possibilidade de estabelecimento de uma interação locutor/interlocutor mais amistosa.

Conforme foi visto, o possessivo *seu/sua* se faz presente nas 34 cartas contabilizando um total de 155 pronomes, dentre os quais 55 desses estiveram associados a um referente de segunda pessoa enquanto 100 mantiveram sua convencional referência à terceira pessoa.

Sobre as expressões de tratamento, como *Vossa Mercê*, e semelhantes já citadas, a exemplo de *Vossa Senhoria*, *Vossa Majestade*, concorda-se com Lopes e Machado (2005), que essas formas de tratamento foram mantidas no século XIX em reposta ao caráter de cortesia e respeito próprias das cartas desse período, assim configurando o respeito à hierarquia imposta nas relações sociais, por exigência do então momento histórico.

Reportando-se aos estudos realizados nessa área, por Lopes (2005) e Menon (1995), dentre outros, vê-se que todo o rearranjo promovido no quadro do sistema pronominal do PB, inaugurado pelo redimensionamento do uso de *você*, exerceu fortes influências sobre o sistema dos possessivos, cujas terceiras pessoas – singular/plural igualmente ascenderam à posição de segunda, com essa passando a conviver, em regime de coocorrência e concorrência. Daí decorreram, por extensão, outros desdobramentos no quadro dos possessivos na gramática dessa língua, dos quais fazem parte a forma genitiva *dele* (de+ele), resultado da migração de *seu* (*terceira pessoa*) e variantes para o paradigma de segunda pessoa, ocasionada pela gramaticalização de *você*. Ratificando com Lopes e Machado (2005, p. 46):

[...] a forma *dele* tem se tornado cada vez mais frequente como estratégia possessiva de terceira pessoa para evitar ambiguidade do possessivo *seu*, que continua a atender às duas pessoas (segunda e terceira).

Nesse aspecto, as autoras cogitam um sincretismo no uso de tais pessoas em cartas de avós, dizendo que a inserção de *você* no sistema pronominal, nesse período, “criou incompatibilidades” entre propriedades formais e semântico-discursivas, quando a especificação original de 3ª pessoa e a concordância verbal continuaram sendo a mesma (“você faz, você canta, você trabalha”). Já para Silva, o sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas resulta da combinação de “você” com “te” e é mais frequente em relação à combinação com “teu”. Nesse aspecto, a autora aponta a necessidade de realização de um estudo diacrônico focalizando a transição entre “teu” e “seu”, sobretudo no que se refere à permanência da forma remanescente “teu” no sistema de segunda pessoa. Registre aqui, igualmente, que a forma “seu” passou a conviver, ao lado de “de+vocês”, esta última como estratégia possessiva de 2ª pessoa do plural no PB do século XX, segundo dizem as próprias autoras.

Já em relação ao registro de uso das demais formas pronominais possessivas de 3ª pessoa nas cartas referentes à segunda metade do século XIX ora analisadas, confirma-se a predominância das prescrições convencionais sobre tal emprego. Um fato que nos chamou atenção foi não se ter registrado nenhum emprego de “teu” na forma de uso tradicional.

Quanto ao processo de variação dos possessivos de 3ª pessoa (e variantes) nas cartas do século XIX – I, em número de 18 cartas, foram registradas 44 ocorrências do uso dos possessivos de terceira pessoa na função de segunda pessoa, portanto configurando o uso inovador, ao lado de um total de 42 pronomes exercendo seu papel tradicional de terceira pessoa. Nessas cartas, também não foram encontradas as formas tradicionais de segunda pessoa (*teu/s* – *tua/s*). As ocorrências de *seu(s)/sua(s)* no

paradigma tradicional e no paradigma inovador foram, respectivamente, em número de 150 e 50.

Considerações finais

O estudo aqui realizado em cartas de leitores de jornais do Rio de Janeiro, publicadas na primeira e segunda metades do século XIX, mostrou um quadro dos pronomes possessivos que preserva, em sua maioria, o uso categórico do pronome “seu”, “sua”, de terceira pessoa, na posição convencional, conforme prescrevem as GTs.

Não obstante, registrou-se um número significativo desses mesmos pronomes numa posição inovadora, portanto associados à segunda pessoa. isto nos surpreendeu, devido à pouca frequência do uso desse pronome nessa posição, sobretudo quando se trata do gênero cartas, quando, segundo constatam os estudos nessa área, este seria um período em que deveriam prevalecer o pronome possessivo “seu”, “sua” na posição convencional, ou seja, de terceira pessoa.

Bibliografia

- ARDUIN, J. A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular *teu/seu* na região sul do Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Dissertação de Mestrado.
- ARDUIN, J; COELHO, I. L. A variação dos possessivos *teu* e *seu* e suas implicações. In: VANDRESEN, P. (org.) *Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. *Variação linguística e ensino de gramática*.
- FARACO, C. A. O tratamento *ocê* em Português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, 1996, n. 13, p. 51-82.
- _____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: M. Bagno (org.), 2002. P. 37-61.
- LOPES, C. R. Pronomes pessoais. In: *Ensino de gramática: descrição e uso*. Sílvia Rodrigues Vieira, Sílvia Figueiredo Brandão, (organizadoras). 1. ed. , 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.
- LOPES, C. R. S; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: *A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005.
- MARTINS, M. A; TAVARES, M. A. (Organizadores). *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal, RN:EDUFRN, 2012.
- MENON, O. P. S. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*, Curitiba, 1995, n. 44.
- MENON, O. P. S; LOREGIAN-PENKAL, L. *Variação no indivíduo e na comunidade: tu /ocê no sul do Brasil*. In: VANDRESEN, P. (org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-188.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.